

O SOFRIMENTO-ADOCIMENTO MENTAL EM DOCENTES DAS IES À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

THE SUFFERING-MENTAL ILLNESS IN TEACHERS OF HEI IN THE LIGHT OF PSYCHODYNAMICS OF WORK

Felipe Mio de CARVALHO¹

Resumo: É problematizado neste artigo a recente precarização do trabalho viabilizada com a ajuda de concepções neoliberais que priorizam a flexibilização do trabalho nas atividades de docência das Universidades Públicas Brasileiras. Este processo decorre das atuais políticas públicas de estímulo à produtividade acadêmica que incentivam a competição entre os professores e, conforme aponta a literatura, facilita o sofrimento-adoecimento do trabalhador. Eis que emerge um paradoxo que contrapõe a teoria da Psicodinâmica do trabalho, pois os professores-pesquisadores deveriam gozar de boa saúde por deterem autonomia e realizarem tarefas de cunho inventivo. No entanto tal paradoxo não se sustenta à medida que é analisado o conceito de “exploração do sofrimento” e as suas consequências na saúde mental do trabalhador. Desta forma, foi possível concluir que este ofício tem ganhado lentamente contornos semelhantes à um trabalho taylorizado, produzido em série por intermédio do comportamento condicionado.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho. Exploração do sofrimento. Precarização do trabalho. Docência.

Abstract: This article discusses the precarious conditions in which the teaching activity in Brazilian's Federal Universities is found recently due to the neoliberal concept of work flexibility in the field. This is coupled with the current public policies that stimulate productivity and competition among teachers, facilitating the suffering-sickness of the worker, as the literature on the subject points out. Here emerges a paradox that opposes the Psychodynamics Work Theory because the researcher-teachers should be in good health when performing their tasks of inventive nature, which unfortunately has not been verified. Aiming to demonstrate the conceptual viability of this theory, it is presented how the concept of "exploitation of suffering" is valid to explain the process of suffering-illness present in this profession which has slowly gained form similar to a Taylorized work, produced in series through conditioned behavior.

Keywords: Work Psychodynamics. Exploitation of suffering. Precariousness of work. Teaching.

Introdução

Atualmente ao se pensar em qualidade de vida, entendido como um conceito amplo que abarca aspectos sociais, fisiológicos e hábitos, pensa-se quase que inequivocamente em

¹Psicólogo graduado pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR - UEM. Professor da Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba, Araçatuba/SP - FAC-FEA. Email: fmiocarvalho@hotmail.com.

trabalho, pois tem sido amplamente reconhecido pelas instituições e pela própria ciência que a ocupação é fundamental para a manutenção ou deletério da saúde mental (DEJOURS, 1986). Mesmo que possa parecer romântica a definição a seguir de saúde mental, ela tem um grau altamente crítico e humanista. É uma conclusão que abrange inúmeras variáveis e ligações que desembocam em um novo conceito, entendendo a saúde mental não como um estado pleno e estável, mas como uma busca repleta de desafios e dificuldades: “A saúde mental não é certamente o bem-estar psíquico. A saúde é quando ter esperança é permitido” (DEJOURS, 1986, p. 10). Ademais, Dejours (1986), esclarece que a saúde é algo que muda o tempo todo e para melhor compreensão desta, é necessário entender o funcionamento mental imbricado com o trabalho.

Considerando o anunciado, pode-se dizer que o estudo da correlação entre saúde mental e trabalho se mostra algo desafiante nos tempos contemporâneos e conforme informa Seligmann-Silva (2015), vive-se um período de fortes incertezas, havendo enquanto tendência a precarização do trabalho entendida como fragilização dos vínculos contratuais. Este problema não se encerra em si, pois, dialeticamente, há uma retroalimentação entre desemprego e sobrecarga de trabalho, haja visto que os já empregados acabam por aceitar o acúmulo de funções e tarefas por medo de serem despedidos. O desgaste mental é facilitado neste contexto em decorrência do acúmulo de prejuízos e perdas subjetivas, sociais e até fisiológicas decorrentes do medo, da sobrecarga e acidentes de trabalho (SELIGMANN-SILVA, 2015).

Neste viés apresentado, destaca-se que as incertezas não ficam restritas apenas ao plano privado, onde não há estabilidade no emprego, afetam também as áreas públicas e consequentemente seus trabalhadores. Entre diversos exemplos possíveis, é cabível discorrer sobre as dificuldades atuais dos Professores das Universidades Públicas, conforme enunciado e exposto por Lemos (2011) e Machado e Bianchetti (2011).

Em Lemos (2011), é apontado o desenvolvimento da precarização do trabalho através da “tendência à performatividade” (p. 110) e pelo acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho. O docente atualmente é obrigado a produzir, em virtude de um projeto político explícito cunhado pelas tendências internacionais que interliga negócios, indústria, Universidades e o Estado. Por consequência, a Universidade passa a ser regulada pelas tendências neoliberais vigentes no mercado e os docentes são avaliados em sua performance; passa a ocorrer a quantificação da produção que objetiva separar a qualidade máxima dos demais, parâmetro necessário para financiamento e fomento da pesquisa científica. Portanto, passa a imperar nas Universidades a flexibilização do trabalho, sendo o docente a principal

célula desse modelo, porque suas atribuições passam a se tornar as mais distintas e ele deve ser flexível, ser capaz de responder em tempo hábil às diversas solicitações de aulas, cursos e pesquisa (LEMOS, 2011).

Não muito diferente, Machado e Bianchetti (2011) apresentam uma concepção histórica sobre a situação do trabalhador-pesquisador. Desenvolvem uma construção que permite entender a gênese do “produtivismo acadêmico” (p. 245) que emerge atendendo às demandas do “capitalismo acadêmico” (p. 245) perfilhado nas políticas públicas brasileiras iniciadas em meados da década de 90, gerando uma corrida acadêmica de pesquisa e produção. Após isso se tornou parâmetro para financiamento dos programas de pós-graduação (bolsas para pesquisadores, alunos, suprimento de materiais, etc.) a avaliação por quantificação do desempenho pela produção de artigos e trabalhos acadêmicos (MACHADO, BIANCHETTI, 2011).

Entende-se que Machado e Bianchetti (2011) e Lemos (2011) propõem paradigmas conceituais diferentes para análise do mesmo fenômeno: aquilo que tem vivido em suas respectivas funções na Universidade Pública; seja porque Machado e Bianchetti (2011), bem como Lemos (2011), respectivamente, escrevem em primeira pessoa do plural – “[...] tornamo-nos misto de semideuses, masoquistas e burocratas?” (p. 245) – “Vivemos, hoje, um processo contraditório [...]” (p.105) ou por mobilizarem pesquisas sobre uma temática tão específica da contemporaneidade.

É possível reconhecer que esses autores e outros que tratam desta temática escrevem não apenas com a finalidade de denúncia e análise da situação atual, mas também com o objetivo de expressar o próprio sofrimento ou o sofrimento presente em seus colegas e companheiros de trabalho? Tais colocações permitem que seja proposta, ainda que de forma especulativa, uma hipótese ousada: pesquisam e escrevem os referidos artigos como tentativa de não adoecerem (ou de não adoecerem mais ainda), mobilizando recursos inventivos² para conseguirem realizar uma conciliação entre desejo e trabalho, reorganizando-se no binômio homem-trabalho e por consequência afastar o sofrimento psíquico (DEJOURS, 2007a).

Considerando a teia conceitual apresentada em Dejours (2007a), emerge um grande paradoxo: ser pesquisador é mobilizar recursos inventivos, usar da criatividade e da inteligência, o que facilitaria que os professores-pesquisadores tivessem boas condições de saúde mental. Porém, segundo Campos (2015), isto não é verificado e a taxa de pedidos de afastamento por fatores de saúde mental em docentes da Universidade Federal da Paraíba

² no sentido proposto por Dejours (2007): a inventividade ou criatividade está ligada à esfera cognitiva e intelectual e possibilita um rearranjo sujeito X desejo X trabalho.

(UFPA) no período de 2006 a 2010 foi de 14,13%, sendo maior do que a taxa de afastamentos por LER/Dort (Lesões por esforço repetitivo/Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) na instituição e nos pedidos feitos ao INSS – no qual as afecções osteomusculares ocupam disparadamente o primeiro lugar na frequência de pedidos. Reconhece-se a existência de diferenças entre cada Universidade, mas que ao mesmo tempo a UFPA não é exceção, já que se encontra submetida às mesmas políticas e condições que as demais universidades federais, conforme se verifica abaixo:

O quadro da UFPA praticamente se repete em todas as IFES brasileiras, porque isto é uma característica da própria política que o Ministério da Educação (MEC) vem adotando com relação ao trabalho docente [...] Essa precarização do trabalho leva a uma situação de sofrimento, inicialmente, e se aquela pessoa que está passando por este sofrimento não tiver condições de superá-lo irá adoecer, pois o docente está submetido a uma série de exigências por conta da política de educação do MEC (CAMPOS, 2015, p. 1-2).

Como se verá tal paradoxo não se sustenta, pois há recursos na obra de Dejours (2007b) que permitem apreender o fenômeno do sofrimento-adoecimento mental correlacionado a fatores que promovem o deletério da atividade psíquica. Portanto, objetivando apresentar o conceito de “exploração do sofrimento”, presente na obra de Dejours (2007b), e formular uma concepção sobre o sofrimento-adoecimento do trabalhador-pesquisador serão tomados os artigos de Lemos (2011), Machado e Bianchetti (2011) com a finalidade de utilizar de recortes para demonstrar a viabilidade conceitual e expor como a organização do trabalho nas Universidades, mediada pelas políticas públicas vigentes, tem tomado contornos taylorizados.

O comportamento condicionado como veículo do sofrimento-adoecimento

Nos trabalhos de pouca qualificação, habitualmente o processo de treinamento envolve aprender as regras, as condutas adequadas de determinada organização e usualmente começa após o ato da contratação. São adotadas de diversas estratégias, visando que os trabalhadores adiram ao comportamento condicionado favorável à produção (DEJOURS, 2007b) e habitualmente se faz presente no horizonte a possibilidade de ser mandado embora, o que remete à chamada “ansiedade gerada pela ‘disciplina da fome’” (DEJOURS, 2007c, p. 78), facilitando pelo medo que o trabalhador aceite as imposições da organização do trabalho. Talvez seja possível hipotetizar outros caminhos que levem ao mesmo efeito, mas ainda assim há uma variável que vai se repetir: o sofrimento mental, porque não pode haver submissão do

corpo e da psique a um conteúdo laborativo inadequado sem a intermediação do sofrimento mental, conforme verificável na citação a seguir: “A erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento mental condicionado favorável à produção. O sofrimento mental aparece como intermediário à submissão do corpo” (DEJOURS, 2007b, p. 96).

Em contrapartida, o treinamento do trabalhador-pesquisador se dá antes do momento de admissão: ele deve fazer crescer o próprio Currículo Lattes com publicações em congressos e periódicos para provar que detém as qualificações necessárias. Em outras palavras, deve mostrar que já detém previamente o comportamento produtivo condicionado aprendido outrora (provavelmente durante toda a carreira acadêmica até então). Segue abaixo uma citação em referência ao descrito neste parágrafo.

Apesar do esforço por compreender/controlar os determinantes da realidade compartilhada, continuamos presos na “cumplicidade impensada, pré-reflexiva, incorporada pelas formas de seleção e classificação”, maneiras como se processa a “adesão dos agentes sociais [neste caso, pesquisadores] à ordem estabelecida” [...]. (MACHADO, BIANCHETTI, 2011, p. 245-246).

No caso do trabalhador-pesquisador, entende-se que o comportamento produtivo condicionado engloba uma série de atividades complexas, mas mesmo assim não contradiz a noção básica de condicionamento: frente a certos estímulos deve reagir através de uma forma pré-determinada - pensar, ler, aprender, buscar soluções e por fim escrever.

Bianchi e Braga (2009), ao considerarem que a perda da autonomia docente é crescente, comparam o trabalho docente com o do homem taylorizado, cujo objetivo máximo era reproduzir, de modo automático, um conjunto muito simples de movimentos no menor tempo possível. Na “distopia da universidade neoliberal, o pesquisador deve se submeter a um conjunto determinado de rotinas intelectuais no menor tempo possível”. Se, num caso, empilha-se carvão, no outro, produzem-se *papers* (LEMOS, 2011, p. 106).

A manutenção do comportamento produtivo condicionado pode se dar pelo intermédio de elementos externos ao sujeito, como a coerção ou pelos perigos inerentes à tarefa e ainda correlacionada à “disciplina da fome”, ou por elementos internos, como a insatisfação com a tarefa e com o conjunto de regras. Em ambos os caminhos, respectivamente, pela ansiedade ou pela angústia, é vislumbrado que a manutenção da agilidade frente às demandas de produção só pode ser mantida através da inibição da atividade espontânea, havendo assim choque entre um sujeito dotado de uma história de vida altamente personalizada e uma injunção despersonalizante (DEJOURS, 2007b).

Emerge neste contexto um dos pilares do modelo taylorista, a chamada reprimenda da vadiagem, entendida como controle através de metas que impossibilitam que os trabalhadores possam gozar do ócio ou lentificarem a velocidade em que estão produzindo. Os efeitos deste controle são nefastos por facilitarem a invasão ou contaminação do tempo fora do trabalho que leva o sujeito a antecipar certas possibilidades de futuros encargos ou manter-se em um ritmo e estado de tensão semelhante ao adotado durante a jornada de trabalho. Constitui-se uma incapacidade de desligar ou de relaxar. Isto não se daria por uma dificuldade de separar trabalho e lazer/família, como diria o saber popular, mas por ações realizadas pelo próprio trabalhador em seu período de descanso que levam à manutenção do comportamento condicionado. Pode-se inferir que há, portanto o desenvolvimento de preocupações quanto à eficiência e as possibilidades de aprimoramento profissional correlacionados a um estado mental de tensão constante que infelizmente é favorável à produtividade e representa o triunfo do condicionamento produtivo em despeito a vontade do sujeito (DEJOURS, 2007a; DEJOURS, 2007b; DEJOURS, 2007c).

O que é descrito até aqui parece ser aplicável aos professores-pesquisadores, pois a autonomia docente é anunciada como coisa do passado em Lemos (2011), em Machado e Bianchetti (2011) e Campos (2015). Com as mudanças nas políticas públicas, estes profissionais vêem-se coagidos a produzirem e atingirem metas com a finalidade de continuarem seus projetos de pesquisa. Os prêmios por produção só atestam a existência do controle sobre a atividade intelectual e retroalimentam o ciclo.

Surgem prêmios de consolação: comemorar a escalada ascendente do Brasil nos *rankings* internacionais de produção científica; orgulhar-se das descobertas e invenções da ciência brasileira na mídia de todo o dia. Finalmente, a categoria trabalhador-pesquisador tem prestígio (MACHADO, BIANCHETTI, 2011, p. 245).

Dessa forma, o contingente da PG foi convocado a cumprir novas metas que a universidade não tinha planejado. Dispositivos de controle, premiação e punição foram implementados, transformando a indução em camisa de força. Resultados rapidamente fizeram-se sentir em termos quantitativos. A *performance* espetacular em tempo recorde, entretanto, com números visíveis internacionalmente (2% da produção mundial de *papers*), orgulho das autoridades educacionais (MACHADO, BIANCHETTI, 2011, p. 248, grifo dos autores).

Não se iludam, todas essas políticas criadas pelo MEC tem um viés de controle. Por exemplo, quando se impõe uma avaliação quantitativista aos docentes, com uma série de requisitos e pontuações que devem ser preenchidas, isso faz parte de uma política de controle. A Lei de Inovação Tecnológica é outra questão perigosíssima, pois ela incentiva o professor a ser além de produtivista, empreendedor (CAMPOS, 2015, p. 3).

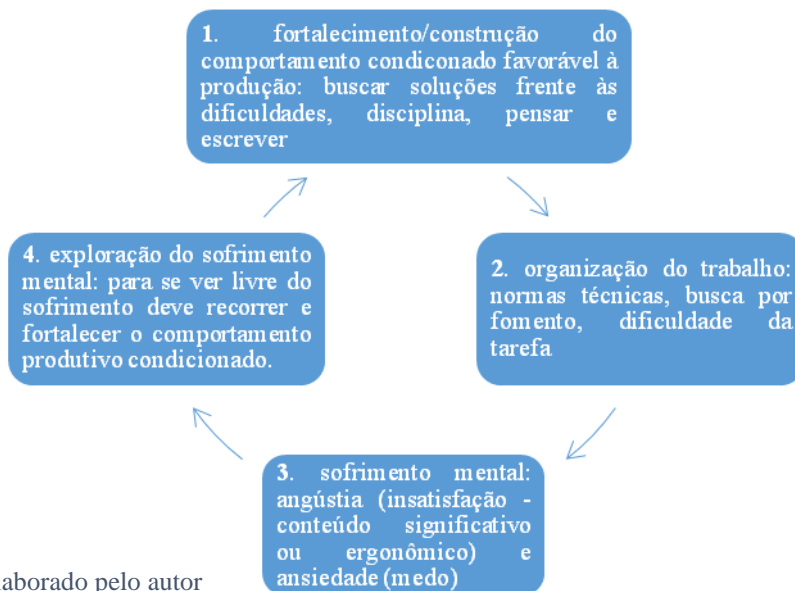
A gratificação, conforme foi apontado gera retroalimentação do ciclo e consequentemente aumenta o investimento psíquico nas atividades laborativas. Proporcionalmente há o crescimento da possibilidade de satisfação e realização com o trabalho, ou seja, ainda não há espaço para a construção de uma “imagem narcísica pálida, feia e miserável” (DEJOURS, 2007d, p. 49) e o consequente sofrimento-adoecimento. Por enquanto as coisas podem estar sob controle, de acordo com a citação abaixo:

Deste modo, o professor vai atrás deste fomento para conseguir recursos para sua pesquisa, para ter acesso às tecnologias, bolsistas etc. O professor que consegue isto acredita que o conseguiu por ser “*gênio*”, porém, o que não se percebe é que isso o coloca refém do produtivismo, da competição, e impõe a exigência de um grande número de publicações em revistas com qualis elevados. (CAMPOS, 2015, p.2, grifos nossos)

Para a produção do sofrimento-adoecimento é necessário um passo a mais: a organização do trabalho deve conter em sua estrutura a capacidade de produzir nos trabalhadores o sofrimento psíquico que só pode ser resolvido através do comportamento produtivo condicionado, gerando a exploração do sofrimento mental (DEJOURS, 2007b).

Estabelece-se a lógica cíclica demonstrada na figura nº1.

Figura 1- Síntese da exploração do sofrimento mental adaptado à carreira de professor-pesquisador



Fonte: elaborado pelo autor

O processo de exploração do sofrimento representa o triunfo do comportamento produtivo condicionado que reduz e anula a subjetividade do trabalhador a poucas saídas. Ademais, todo o movimento de exploração se compõe como um parasita da atividade mental livre e utiliza das defesas (comportamentais, caracterológicas e mentais) presentes na

personalidade para atividade da produção. Por consequência o trabalhador é altamente eficaz, enquanto consegue se defender do sofrimento (DEJOURS, 2007b). Não demorará muito até que outras áreas da vida comecem a se tornarem fontes de conflitos e sofrimento não manejável, ocorrendo a corrosão da subjetividade e consequente destituição da flexibilidade do aparelho psíquico que facilita o estabelecimento de uma doença mental (DEJOURS, 2007e).

Esta teorização é corroborada por Lemos (2011): “[...] quando intensifica o trabalho com demandas periféricas à docência, deixa-o sem tempo para o lazer e para a vida cultural, constituindo, assim, uma organização do trabalho que facilita o adoecimento e a alienação” (LEMOS, 2011, p. 118).

Uma das consequências das múltiplas atividades do professor, dessa polivalência é a intensificação e a sobrecarga de trabalho, o que, por sua vez, gera a necessidade de trabalhar no tempo de lazer, com consequências em termos de desgaste físico e psíquico, assim como dificuldades na relação familiar. (LEMOS, 2011, p. 118)

Hipotetiza-se que, como consequência dentre muitas dessa organização de trabalho debatida seja possível recuperar a descrição de Dejours (2007e) sobre a fadiga:

Não há nenhuma necessidade, na realidade, de se ter um desempenho físico excessivo para justificar a sensação de fadiga. Quando a organização do trabalho entra em choque com a economia psicossomática, o trabalhador deve desenvolver todos os recursos de que dispõe para compensar o estreitamento – pela organização do trabalho – de todos os canais comportamentais, caracteriais e mentais, para sua energia pulsional (p.130).

O investimento dos recursos subjetivos para a adaptação ao trabalho fragiliza os demais espaços subjetivos, há um desgaste, pois “o investimento narcísico só pode renovar-se graças ao investimento objetual e vice-versa” (DEJOURS, 2007d, p. 50). Em outras palavras, as funções cognitivas e a sublimação (investimento narcísico) são renovadas pela capacidade de amar outro ser humano e ser correspondido nesta relação (investimento objetual). Sem tal retroalimentação os recursos objetivos que mantêm o trabalhador funcional começaram a ruinar. Portanto se compreende que não há necessariamente um paradoxo, conforme problematizado no início deste trabalho, já que a destruição da inventividade e das funções cognitivas e intelectuais se dá pela indisponibilidade de recursos subjetivos. Estes estão sendo desgastados para a manutenção da atividade laborativa.

A nivelção feita por Machado e Bianchetti (2011) de pôr no mesmo patamar os trabalhadores intelectuais e braçais pode reverberar além da luta de classe: o trabalhador-

pesquisador faz parte do proletariado tanto pela sua posição de ser explorado pelo capital, como também pelo sofrimento de também ser um trabalhador abortado. A citação a seguir pode ajudar a ilustrar o que se está referindo: “O homem no trabalho, artesão, desapareceu para dar luz a um aborto: corpo instrumentalizado-operário de massa – despossuído de seu equipamento intelectual e de seu aparelho mental” (DEJOURS, 2007a, p. 39).

Não muito diferente, encontra-se a seguinte ideia presente em Lemos (2011):

[...] no processo de flexibilização do trabalho docente, algumas mudanças afetam o docente, gerando uma perda de identidade, pela transfiguração das atividades de ensino e da pesquisa. O ensino flexibilizado pelos cursos de curta duração, o ensino a distância e o “aligeiramento” de currículos insere-se num processo em que a mercadoria deve ser produzida de forma rápida e de acordo com critérios de eficiência e produtividade (p. 107).

O referido “aligeiramento” pode ser entendido como uma forma de reprimenda da vadiagem e ao mesmo tempo trazer consigo uma denúncia do choque existente entre o conteúdo laborativo dos professores-pesquisadores com o controle exercido pelos órgãos reguladores: a inventividade é um processo psíquico com traços marcantes da subjetividade, não pode ser regulado ou cronometrado e depende do desejo do sujeito. Portanto, não havendo o devido espaço para o ócio, descanso ou lentificação dos processos produtivos, os trabalhadores não conseguem se relocarem no binômio homem-trabalho, não podendo exercer da sublimação como forma de satisfação (DEJOURS, 2007a). Para o cumprimento da tarefa, o trabalhador acaba sendo forçado a consumir os próprios recursos subjetivos até a fadiga.

A citação a seguir ilustra um pouco mais sobre as consequências da ausência do desejo como regulador da atividade mental que levam ao desenvolvimento da fadiga e de um de seus principais componentes, a vivência depressiva:

Cansaço que origina não só dos esforços musculares e psicossensoriais, mas que resulta, sobretudo do estado dos trabalhadores taylorizados. Executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias suportadas pelo jogo da motivação e do desejo. A vivência depressiva alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, de anquilose mental, de paralisia da imaginação e marca o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo. (DEJOURS, 2007d, p. 49)

Em Dejours (2007e) é discutindo que usualmente a doença mental não se torna manifesta até que a doença psicossomática tenha se instalado como recurso de adaptação e falhado como tal. Cabe atentar-se às implicações deste fenômeno, por que desvelam aspectos da estrutura organizacional e as influências desta nas relações subjetivas durante o exercício

laborativo. A doença psicossomática se instala em virtude do descompasso entre a economia psicossomática e psíquica contra os requisitos exigidos pela ocupação, assim, devem ser considerados aspectos individuais³ referentes à constituição do sujeito *versus* injunção despersionalizante (DEJOURS, 2007a; DEJOURS, 2007e).

Ao abordar a injunção despersionalizante, emerge um fenômeno fundamental a ser discutido, as estratégias defensivas. Estas se constituem no espaço intersubjetivo das organizações e permite aos trabalhadores constituírem laços e também neutralizarem a vivência de angústia e medo, porém cobram que o sujeito se adeque ao conjunto de comportamentos e saberes (DEJOURS, 2007a; DEJOURS, 2007d), como os comportamentos de exacerbada masculinidade e desafio aos riscos demonstrados pelos trabalhadores da construção civil (DEJOURS, 2007c). Embora, as estratégias defensivas possam proteger o trabalhador da vivência da angústia e do medo, elas também promovem riscos às subjetividades, pois se compõem como alianças inconscientes e ao mesmo passo que permite agregar, também segregam e excluem, pois quem não participa do pacto é visto como um perigo potencial à manutenção da vivência de segurança (KAES, 2014). Há ainda outro aspecto produtor de deletérios: aqueles que detêm alianças deverão lutar para mantê-las, empregando e consumindo recursos subjetivos para tal finalidade e assim se fragilizando, processo que pode levar à produção gradual de rejeição e paranóia no ambiente de trabalho.

É necessária a existência de uma mobilização coletiva de oposição à organização do trabalho para a assunção do que foi exposto no parágrafo anterior. E aqui há um problema ainda maior: Lemos (2011), Machado e Bianchetti (2011) e Campos (2015) referem-se à competitividade presente nas Universidades. Reconhece-se a competitividade entre os trabalhadores não permite a constituição de uma identidade de grupo, tão necessária para o desenvolvimento das estratégias defensivas e pode ainda potencializar as ansiedades vividas no ambiente de trabalho, já que o colega de trabalho é potencialmente um risco ou ameaça. Não é difícil demonstrar a semelhança entre o trabalho docente, apresentado nestas condições, com o trabalho taylorizado de escritório descrito em Dejours (2007c), no qual as relações de trabalho se tornam fontes de riscos ao trabalhador em virtude dos favoritismos e jogos de poder que estão correlacionados às defesas altamente personificadas que os trabalhadores desenvolvem para lidar com o sofrimento inerente ao ofício.

³ Os aspectos individuais não serão abordados neste artigo. Recomenda-se a leitura da temática em: TAVARES, M. A clínica na confluência da história pessoal e profissional. In: *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 53-104.

Conseqüentemente toda a erosão assinalada da vida mental ainda deve conviver harmoniosamente com as demandas referentes ao ofício (divisão das tarefas) que de uma forma bem sintética é apresentada por Lemos (2011), “Hoje, oficialmente, as universidades públicas atribuem aos professores quatro funções: o ensino, a pesquisa, a administração e a extensão” (p. 108), ou de uma forma mais extensa e que incluem ao mesmo tempo a divisão dos homens:

[...] a exigências que se sobrepõem umas às outras [...] solicitações contraditórias, imperiosa presença em vários lugares distintos e distantes ao mesmo tempo (parcialmente viabilizado pela tecnologia) [...] relatórios, avaliação de artigos para periódicos, eventos e editais, trabalhos para congressos, palestras, conferências, apresentações, aulas na graduação e PG, supervisões; viagens, busca de financiamento; gestão de contas bancárias, reuniões, orientações; escrita, leituras, coleta. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Lattes. (MACHADO, BIANCHETTI, 2011, p. 245)

Os argumentos apresentados resolvem o paradoxo apresentado no início deste artigo, pois a contradição entre inventividade e trabalho mecânico é dissolvida com o triunfo do comportamento condicionado favorável à produção, ou seja, pela vitória do trabalho mecânico frente à possibilidade de criatividade. Assim como o trabalhador do chão de fábrica, o trabalhador-pesquisador também foi taylorizado por sofrer de uma expropriação de seu intelecto, que é reduzido a uma necessidade de produção. Parece ser muito contraditório pensar nisso, pois o trabalhador-pesquisador é aquele que raciocina, pesquisa e transmite, mas nem por isso significa que está livre de ser taylorizado/se tornar um trabalhador abortado.

Considerações Finais

O paradoxo de inventividade e adoecimento do trabalhador-pesquisador pode ser resolvido através dos conceitos correlacionados com o de “exploração do sofrimento”. Isto aponta para problemas de ordem grave: a Universidade enquanto sede do conhecimento tem sido ao mesmo tempo alvo e conivente com políticas públicas que gerenciam os recursos e adotam um modelo de gestão baseada em produtividade. As pressões sobre os profissionais são aumentadas e por muito fazem lembrar uma velha concepção do mundo do trabalho: quanto mais gente disponível para certa vaga, maiores serão as atribuições e menor será o salário e benefícios. Infelizmente parece se tratar de um fenômeno mundial, e a acunha de “capitalismo acadêmico” anunciada em Machado e Bianchetti (2011) não é inapropriada para descrever os acontecimentos recentes.

Conforme o exposto, a saúde mental desses trabalhadores tem sido alvo de preocupação por ser a maior causa de afastamentos. Certamente o número seria ainda maior se fosse possível identificar os indivíduos portadores de “presenteísmo”. Em suma, hipotetiza-se que os docentes que passam a terem dificuldades de abrandar o condicionamento produtivo são expropriados do próprio intelecto pela fadiga decorrente da consumação de seus recursos psíquicos e muitos passam a não ter mais tempo para outras atividades. Forma-se um ciclo que se repete e leva ao adoecimento mental. Para o bem da classe profissional é necessário uma mobilização.

Com alegria, é possível pensar que há condições para a transformação das condições atuais (das formas utilizadas para divisão das tarefas e controle da produção), pois diferente do operário do final do séc. XIX e do começo do séc. XX o docente detém o *know-how* sobre o seu ofício e não está em condições de perder, haja vista a insuperável dependência que o pensamento detém com o seu produtor.

Referências

CAMPOS, J. Pesquisa revela alto índice de adoecimento mental entre docentes da UFPA. **Portal ANDES**. Disponível em: < <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-492400535.pdf>>. Acessado em: 08 jun.2017.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 14, n. 54, p. 7-11, 1986.

DEJOURS, C. As estratégias defensivas. In: _____. **A loucura do trabalho**: um estudo de psicopatologia do trabalho. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2007a. p. 27-47.

_____. A exploração do sofrimento. In: _____. **A loucura do trabalho**: um estudo de psicopatologia do trabalho. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2007b. p. 97-118.

_____. Trabalho e medo. In: _____. **A loucura do trabalho**: um estudo de psicopatologia do trabalho. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2007c. p. 63-87.

_____. Que sofrimento? In: _____. **A loucura do trabalho**: um estudo de psicopatologia do trabalho. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2007d. p. 48-62.

_____. A organização do trabalho e a doença. In: _____. **A loucura do trabalho**: um estudo de psicopatologia do trabalho. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2007e. p. 119-132.

KAËS, R. **As alianças inconscientes**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 105-120, 2011. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 05 de jun. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400008>.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, maio-jun, p. 244-254, 2011.

SELIGMANN-SILVA, E. Desemprego e desgaste mental: desafio às políticas públicas e aos sindicatos. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 4, p. 89-109, jun. 2015.

Recebido em: 09/10/2017

Aprovado em: 01/11/2017